



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE CACOAL  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

OFÍCIO Nº213 /GP/PGM/2025

Cacoal/RO, 8 de abril de 2025.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,**

Com a presente, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências, o incluso Projeto de Lei que:

**“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FAZER REDIRECIONAMENTO DE VALORES AO ABRIGO PINGO DE GENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

Diante do exposto, na certeza da convicção de Vossas Excelências, solicitamos a inclusão em pauta para deliberação e posterior aprovação em REGIME DE URGÊNCIA SIMPLES do referido Projeto de Lei.

Atenciosamente,

[Assinado Digitalmente]  
**ADAILTON ANTUNES FERREIRA**  
Prefeito

Excelentíssimo Senhor  
**GIMENEZ FRITZ**  
MD. Presidente da Câmara Municipal  
CACOAL-RO



## MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 54,

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Com o presente, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências o incluso Projeto de Lei que:

**“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FAZER REDIRECIONAMENTO DE VALORES AO ABRIGO PINGO DE GENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O presente Projeto de Lei tem por iniciativa atender à solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho – SEMAST, veiculada por meio do Processo 1986/2025, cuja cópia integral segue como acessório ao presente Projeto de Lei.

O Projeto tem como objetivo promover repasses financeiros ao abrigo “Pingo de Gente”, na qual desenvolve função social expressiva no município no cuidado de crianças jovens e adolescentes que necessitam de cuidados, para custear os gastos para manutenção dos trabalhos realizados e continuidade dos serviços.

O projeto visa garantir que o Abrigo Municipal tenha recursos disponíveis para atender a situações de emergência, proporcionando um atendimento adequado e digno às pessoas que dependem deste serviço. O repasse possibilitará a aquisição rápida de materiais e insumos essenciais que se encontrem indisponíveis nas esferas públicas, como remédios, serviços e consultas, garantindo a continuidade das atividades do abrigo em situações de crise.

Diante do exposto, na certeza e convicção de Vossas Excelências, contamos com aprovação do incluso Projeto de Lei.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

[Assinado Digitalmente]  
**ADAILTON ANTUNES FERREIRA**  
Prefeito



PROJETO DE LEI N. 54 /PMC/2025.

*“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FAZER REDIRECIONAMENTO DE VALORES AO ABRIGO PINGO DE GENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”*

O **PREFEITO DE CACOAL**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo do Município de Cacoal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho - SEMAST, o repasse de recursos financeiros ao Abrigo Municipal de Cacoal Pingo de Gente, com o objetivo de oportunizar a manutenção e desenvolvimento do cuidado à criança e adolescente sobre sua tutela, permitindo a eficácia na operacionalização de suas atividades, por meio de aquisição de bens de consumo e serviços para atender demandas urgentes e emergenciais.

§ 1º Os gastos e custos serão para realização de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação mediante procedimentos dispostos na legislação de licitação, decorrente da tutela de proteção de crianças e adolescente cujos cuidados sejam de responsabilidade do Município.

### **Recurso e execução**

Art. 2º A dotação orçamentária a ser utilizada será a já existente no orçamento vigente destinado a SEMAST, de forma específica para este fim, que será executada por meio de empenho mensalmente observando os seguintes elementos de despesas:

I - na ação programática 10.001.08.243.0034.2.209 - ATENÇÃO A CRIANÇA ABRIGADA-FMAS;

a) elemento de despesa 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo;

b) elemento de despesa 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

§ 1º Entende-se por unidade executora, para os fins do que dispõe esta lei, a entidade Abrigo Pingo de Gente, intermediada pelo seu diretor obedecida a legislação específica.

§ 2º Para a viabilidade orçamentária, o Poder Executivo Municipal poderá criar, mediante decreto, crédito adicional, visando atender as despesas previstas nesta lei, sem prejuízo das previsões nas leis orçamentárias seguintes.



§ 3º Os recursos financeiros serão mensalmente executados, de acordo com a necessidade identificada e disponibilidade orçamentária, mediante solicitação da direção do abrigo na pessoa ocupante do cargo/função de Chefe Coordenador(a) Do Abrigo Municipal.

### **Destinação dos recursos**

Art. 3º Os recursos poderão ser destinados a cobertura de despesas com material permanente e de consumo, bem como com a contratação de pessoa física e/ou jurídica e que não se limitam a:

I - alimentação;

II - medicamentos e suprimentos de saúde;

III - material de higiene e limpeza;

IV - equipamentos de segurança e proteção;

V - outras necessidades que se façam necessárias para o bom funcionamento do abrigo;

VI - atendimento médico especializado não ofertado pelo sus;

a) o atendimento médico especializado especificado limita-se ao valor do repasse, considerando o caso concreto a fim não comprometer o pleno funcionamento do órgão.

VII - educação, material escolar, uniformes.

### **Gestor**

Art. 4º O gestor do repasse financeiro será servidor público municipal nomeado ao cargo de diretor do abrigo municipal Pingo de Gente, sendo este o responsável pelo adimplemento da obrigação mediante utilização dos recursos autorizados por esta Lei e obrigado a prestar contas mensalmente.

### **Prestação de contas**

**Art. 5º** No prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da última prestação de contas, o coordenador do abrigo municipal de prestará contas à controladoria interna municipal.

**Art. 6º** A prestação de contas far-se-á em processo específico para o objeto, junto à Controladoria, com a juntada dos seguintes documentos:

I - Extrato da conta bancária;



II - Relatório Consolidado das Despesas realizadas devidamente justificado quanto à finalidade da despesa, o destino do material/serviço, e outros esclarecimentos que se fizerem necessários à perfeita caracterização da despesa.

Art. 7º O responsável pela administração do Abrigo Municipal deverá prestar contas dos recursos recebidos, apresentando relatório detalhado das despesas e aquisições realizadas bem como saldo disponível utilizado e remanescente, junto de notas fiscais, comprovantes ou documentos comprobatórios com reconhecimento legal, independentemente do uso total ou parcial da quantia disponibilizada.

§ 1º A prestação de contas, emitida pelo abrigo, para ser admitida, deverá passar pelo crivo de prévia análise técnica, pela SEMAST, e posteriormente encaminhada para a Controladoria Interna Municipal, sendo as contas formuladas pelo Setor responsável do abrigo.

§ 2º Não sendo homologada, parcial ou totalmente, a prestação de contas, o montante equivalente será objeto de apuração para saneamento.

§3º Não sendo saneado, será determinado o ressarcimento mediante débito no vencimento do gestor, precedido de apuração de processo administrativo para a apuração da responsabilidade e imposição de penalidade cabível.

§4º O atraso, omissão ou irregularidade na prestação de contas comprometerá o repasse subsequente, e poderá implicar em responsabilidade administrativa, civil e criminal, conforme ilicitude e tipicidade do ato praticado do responsável pela gestão dos recursos financeiros.

### Disposições Finais

Art. 8º Esta lei será regulamentada por decreto pelo Chefe do Poder Executivo no que couber, especialmente quanto à execução, controle, acompanhamento e prestação de contas dos recursos e valor do repasse, observando a legislação pertinente.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cacoal/RO, 8 de abril de 2025.

[Assinado Digitalmente]  
**ADAILTON ANTUNES FERREIRA**  
Prefeito

[Assinado Digitalmente]  
**SANDRA CRISTINA DOS SANTOS BAHIA**  
PROCURADORA-GERAL DO MUNICÍPIO



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE CACOAL  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

---

Decreto nº 10.278/PMC/2025  
OAB/RO 6.486